MERCADO DE CAPITAIS PARA MICROEMPRESA E OS PRIMADOS DA ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL

MERCADO DE CAPITALES PARA LA MICROEMPRESA Y LOS POSTULADOS DEL ORDEN ECONÓMICO CONSTITUCIONAL

Daniela Ramos Marinho Gomes

RESUMO

Este trabalho objetiva demonstrar os recentes e paradigmáticos mecanismos jurídicos criados pela Comissão de Valores mobiliários - CVM com intuito de simplificar o acesso das pequenas e médias empresas ao mercado de capitais, antes restrito aos grandes empreendimentos. Busca, ainda, apresentar as razões esposadas na ordem econômica constitucional que justificam e estimulam o tratamento diferenciado a ser conferido aos pequenos empreendimentos.

A pesquisa se deu de forma exploratória com análise bibliográfica a partir de coleta de dados em material científico e informativo atualizado sobre o assunto abordado.

Com vistas a tal propósito, o trabalho se inicia procedendo à conceituação da microempresa à luz da legislação e outros órgãos que a definem para fins de concessão de incentivos.

Em seguida, o trabalho apresenta breve digressão sobre os delineamentos do mercado de capital no Brasil para, em ato contínuo, apresentar as instruções expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários que culminaram na criação de instrumentos com o condão de simplificar o acesso das microempresas neste órgão.

Após o delineamento de mencionado aspecto, o trabalho aborda ainda os contornos da Ordem Econômica que ganhou capítulo específico da Constituição Federal de 1988 para, por fim, apontar à proteção dada à microempresa como primado da ordem Econômica Constitucional.

Palavras-chave: microempresa; mercado de capitais; Constituição; ordem econômica.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo demostrar los mecanismos jurídicos nuevos y paradigmático creados por la Comisión de Valores Mobiliarios - CVM para simplificar el acceso de las pequeñas y medianas empresas al mercado de capitales, anteriormente limitadas a las grandes empresas. Revise también presentar las razones defendidas en el orden económico constitucional que justifica el tratamiento diferenciado que debe darse a las pequeñas empresas.

El estudio tomó la forma de un análisis exploratorio de la recopilación de datos bibliográficos y de información material científico actualizado sobre el tema.

Con este propósito, el trabajo comienza llevando el concepto de microempresa, a la luz de

la legislación y otras agencias para definir los efectos de la concesión de incentivos.

A continuación, el trabajo se presenta breve digresión sobre los designios del mercado de capitales en Brasil. Después, hace una presentación de las instrucciones emitidas por la Comisión de Bolsa y Valores, que culminó en la creación de herramientas con el poder de simplificar el acceso de las microempresas en este órgano.

Después de describir los aspectos mencionados, la obra también aborda los contornos del orden económico ganó capítulo específico en la Constitución Federal de 1988 para señalar finalmente a la protección otorgada a la microempresa como la primacía del orden constitucional Económica.

Palabras-claves:

Microempresa; mercados de capitales; Constitución; orden económico

INTRODUÇÃO

Desde há muito o mercado de capitais ficou restrito a grandes empresas. E isto em decorrência da significativa quantidade e complexidade de normas jurídicas e contábeis a que as empresas ficavam submetidas enquanto participantes deste mercado.

Impedidas do acesso ao mercado de capitais, os representantes dos pequenos negócios utilizavam as ferramentas tradicionais de captação de recursos como a via de empréstimos bancários, deveras onerosa para um país onde o sistema bancário opera com incidência de altas taxas de juros.

Todavia, nas últimas décadas deflagraram-se diversas discussões envolvendo a relevância das pequenas e médias empresas e a sua relação com o desenvolvimento econômico e social. Surgem, em decorrência dessa constatação, normas com escopo de promover um tratamento diferenciado a este segmento empresarial com fins a estimular seu desenvolvimento e permanência no mercado.

Em consequência desta situação, assumindo posição inovadora e paradigmática frente à maioria dos mercados internacionais, a Comissão de Valores Imobiliários – CVM editou diversas normas visando a inserção dos microempreendimentos no contexto do mercado de capitais.

Nesta esteira, este trabalho objetiva demonstrar os recentes mecanismos jurídicos criados pela CVM com intuito de simplificar o acesso das pequenas e médias empresas ao mercado de capitais, antes restrito aos grandes empreendimentos. Busca, ainda, apresentar as razões esposadas na ordem econômica constitucional que justificam e estimulam o tratamento diferenciado a ser conferido aos pequenos empreendimentos.

A pesquisa se deu de forma exploratória com análise bibliográfica a partir de coleta de dados em material científico e informativo atualizado sobre o assunto abordado.

Com vistas a tal propósito, o trabalho se inicia procedendo à conceituação da microempresa à luz da legislação e outros órgãos que a definem para fins de concessão de incentivos.

Em seguida, o trabalho apresenta breve digressão sobre os delineamentos do mercado de capital no Brasil para, em ato contínuo, apresentar as instruções expedidas pela

Comissão de Valores Imobiliários que culminaram na criação de instrumentos com o condão de simplificar o acesso das microempresas neste órgão.

Após o delineamento de mencionado aspecto, o trabalho aborda ainda os contornos da Ordem Econômica que ganhou capítulo específico da Constituição Federal de 1988 para, por fim, apontar à proteção dada à microempresa como primado da ordem Econômica Constitucional.

1. SOBRE AS MICROEMPRESAS NO BRASIL

Após diversas discussões no Congresso Nacional e na sociedade, no ano de 2006 foi publicada a Lei Complementar nº. 123, cujo conteúdo apresentava um regime diferenciado para as microempresas, notadamente a instituição do regime único de arrecadação de impostos e contribuições no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, o que possibilitou ao erário um controle mais efetivo das atividades empresariais. Com a publicação da norma, objetivou não somente o aprimoramento da forma de arrecadação estatal, como também a diminuição da onerosidade referente às obrigações trabalhistas e previdenciárias. Do mesmo modo, trouxe previsões que facilitaram o registro e regulamentação de sua atividade frente à lei civil e tributária, como, por exemplo, abertura e encerramento das atividades empreendidas pelas microempresas sem a necessidade de apresentação de comprovantes de regularidade fiscal.

Atento ao conteúdo dessa norma, outras também incorporaram regras que proporcionaram tratamento jurídico e diferenciado ao segmento empresarial aqui estudado. Exemplo disso reside na Lei de Falência e recuperação de empresas (Lei n. 11.101 de 09 de fevereiro de 2005), a qual instituiu um plano especial de recuperação judicial da microempresa, e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, objeto deste trabalho.

O artigo 3º da Lei Geral das Micro e Pequena Empresas dispõe que considera-se microempresa a sociedade empresária, a sociedade simples ou o empresário individual que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e empresa de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade

simples ou o empresário individual que tenha auferido receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Embora seja esse critério o mais aceito para fins de conceituação de microempresa, existem no Brasil pelo menos três critérios para classificação das empresas, adotados por instituições oficiais e/ou bancos de investimento e fomento:

O primeiro refere-se ao número de empregados. É o desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), empregado de acordo com a quantidade de pessoas que trabalham nessas empresas. Assim, é considerada microempresa aquela que emprega até nove pessoas no ramo de atividade de comércio e serviços e até dezenove pessoas na indústria.

O segundo é dado conforme a receita operacional bruta anual: é utilizado pelas Instituições de apoio creditício como o BNDS Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -, sendo assim considerada microempresa a que tiver receita bruta anual de até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Já o terceiro é dado pelo faturamento bruto anual: é o que fixa como parâmetro o volume monetário ou econômico da empresa. Esta classificação é utilizada pelas leis federais e estaduais para fins de tributação, considerando os limites de faturamento e seu enquadramento como micro e pequena empresa. É, inclusive, o critério aplicado pela Complementar 123/2003.

Como visto, existem diversos parâmetros para definir e classificar microempresas, os quais são desenvolvimentos para enquadramento com o intuito de usufruir dos benefícios da lei; todavia, o critério mais utilizado é aquele já mencionado, com base no faturamento.

Por fim, Grazziotin (2004, p. 24) explica que a pequena empresa é aquela cujo proprietário empenha direta e decisivamente a sua força de trabalho com reduzido quadro de pessoal. Possui pouco capital e baixa renda bruta com relação ao setor onde opera, e não faz parte de grupo econômico.

Embora a Lei Complementar 123/2006 represente hoje o marco legal para as

microempresas, desde a década de 80, período em que ficou assentada a importância da pequena empresa para o desenvolvimento nacional, várias normas foram instituídas com o condão de se fomentar este segmento empresarial.

Neste sentido, em abril de 1980, foi editado o Decreto-Lei nº 1.780, concedendo isenção de imposto sobre a renda em relação às empresas de pequeno porte, com dispensa da efetivação de obrigações acessórias.

Em 1981, foi criada a Lei nº 6.939 estabelecendo o regime sumário de registro e arquivamento no Registro do Comércio para as firmas individuais e sociedades mercantis que preenchessem determinados requisitos, como por exemplo, serem constituídas sob a forma de sociedade limitada, determinado número de trabalhadores, dentre outros.

Já em 1984, a Lei 7.256, regulamentada pelo Decreto 90.880 de 1985, estabeleceu a primeira definição legal sobre a microempresa, desenvolvendo neste momento o imperativo conhecido segundo o qual a microempresa deve ter um tratamento privilegiado.

Com intuito de consolidar os objetivos da lei em menção, foi criada a Lei Complementar Nº 48/84, isentando as microempresas do recolhimento de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e de ISS (Imposto sobre Serviços), isenção essa ampliada pouco depois pela lei 7.519 de 14 de julho de 1986.

Anota-se que, embora tais leis tivessem como objetivo a promoção de tratamento diferenciado para as microempresas, este desejo somente começou a ser encampado quando da promulgação da Constituição Federal de 1988, que incluiu o tratamento favorecido para microempresa no capítulo sobre a Ordem Econômica, assunto que será melhor tratado em tópico específico.

Em 1996, foi criado, pela Lei nº 9.317, o regime denominado SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), que aprimorou o sistema de pagamentos de impostos a fim de, reduzindo a carga tributária, incentivar o surgimento dos pequenos empreendimentos. Tal norma foi substituída, por fim, pela mencionada Lei Complementar nº 123.

É necessário, antes de por termo a este ponto, mencionar que as microempresas não tiveram apenas suporte legal para o fomento de suas atividades, já que, desde 1990 foi criado o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas) como uma

instituição técnica de apoio e desenvolvimento da atividade empresarial de pequeno porte, voltado para a difusão de programas e projetos de promoção e fortalecimento das micro e pequenas empresas.

2. ESBOÇO SOBRE O MERCADO DE CAPITAIS NO BRASIL

O mercado de capitais objetiva oferecer alternativas seguras e rentáveis para os detentores de poupança, com a finalidade de transformar pequenos montantes de capital em grandes e consolidados valores que serão dinamizados no mercado nacional, proporcionando maior desenvolvimento à medida que impede a concentração de capital em determinado setor da economia.

Pode ser definido como um conjunto de instituições e de instrumentos que negociam com títulos e valores mobiliários, objetivando a canalização dos recursos dos agentes compradores para os agentes vendedores. Ou seja, o mercado de capitais representa um sistema de distribuição de valores mobiliários que tem o propósito de viabilizar a capitalização das empresas e dar liquidez aos títulos emitidos por elas. (Pinheiro, 2007, p. 130).

É dividido pela doutrina em mercado primário, e mercado secundário. O primeiro tem sido considerado como o mercado por excelência, pois se refere ao momento em que ocorre a captação de recursos do público, se emitem novos valores mobiliários e mobilizam a poupança popular, sendo que, com estes recursos, as empresas realizam novos investimentos.

Por sua vez, o mercado secundário é o local onde os investidores negociam e transferem entre si os valores mobiliários emitidos pelas companhias. Nesse mercado ocorre apenas a transferência de propriedade e de recursos entre investidores. A companhia não tem participação. Portanto, o mercado secundário oferece liquidez aos títulos emitidos no mercado primário.

O marco regulatório do mercado de capitais no Brasil se deu com a edição da Lei nº 4.728 de 15 de julho de 1965, que ficou conhecida como Lei de Mercado de Capitais e

colocou este mercado sob a disciplina do Conselho Monetário Nacional e fiscalização do Banco Central do Brasil.

Com esta norma, os corretores de valores que eram pessoas físicas, foram transformados em sociedades corretoras, constituindo neste momento uma base mais sólida para essa atividade.

A Lei em menção definiu as instituições componentes do sistema de distribuição de valores mobiliários impondo que essa distribuição fosse feita somente por meio dessas instituições, nos termos fixados pelo Conselho Monetário Nacional. A Lei de Mercado de capitais criou também o registro de empresas no Banco Central do Brasil para aquelas empresas cujo objeto estivesse relacionado a qualquer atividade de intermediação na distribuição, ou colocação de títulos ou valores mobiliários, no mercado financeiro.

Mais alterações foram introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro em decorrência da alta nas cotações, que teve seu ponto máximo em 1971, e das fases de queda e relativa estagnação que se seguiram.

No ano de 1976, ao esteio da Lei nº 6.385, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários, órgão especializado no mercado de capitais. Juntamente com a Lei nº 6.404/76 que regula as sociedades por ações, buscou-se a proteção do acionista na empresa e do investidor no mercado financeiro.

Já no final da década de 80 assistiu-se a significativas alterações no mercado de capitais que se deram por meio de duas resoluções do Conselho Monetário Nacional, a Resolução nº 1.289/87 e a Resolução nº 1.524/88.

A primeira resolução tratou de flexibilizar as regras para o investidor estrangeiro e, a segunda, Resolução nº 1.524/88, instituiu o Banco Múltiplo, que trazia o desiderato de operar, sob uma única denominação jurídica, diferentes carteiras, tais como: banco comercial, banco de investimento, financeira, crédito imobiliário, distribuidora de títulos e valores mobiliários, dentre outras.

Não obstante, no ano de 2000, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 2.689 para flexibilizar ainda mais as regras para o investidor estrangeiro, permitindo o ingresso e livre trânsito desses investidores a todos os produtos disponíveis no mercado brasileiro, admitindo ainda aplicações de investidores individuais e simplificando os

procedimentos operacionais.

Ao longo da história, observa-se que o crescimento e desenvolvimento do mercado de capitais está intrinsecamente relacionado ao processo de desenvolvimento econômico de um país, ao mesmo tempo em que contribui para esse desenvolvimento já que por meio deste mercado, as empresas obtêm recursos financeiros para financiar seus projetos de desenvolvimento. Neste sentido, Assaf Neto (2001, p.21) escreveu:

O mercado de capitais assume papel dos mais relevantes no processo de desenvolvimento econômico. É o grande municiador de recursos permanentes para a economia, em virtude da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança, ou seja, os investidores, e aqueles carentes de recursos de longo prazo, ou seja, que apresentam déficit de investimento

Ademais, consoante ensina Souza (2005, p.27):

A captação de recursos no mercado de ações é muito menos onerosa, sob todos os aspectos, e permite a diluição dos riscos da empresa que os partilha com o mercado investidor, sem onerar o preço final do produto ou serviço, o que contribui para o aumento de sua competitividade, fator de suma importância na economia globalizada.

As empresas, quando necessitam de recursos financeiros, podem recorrer ao mercado de capitais com base na negociação de seus títulos e valores mobiliários. As que, por sua vez, dispõem de recursos financeiros, poderão recorrer ao mercado de capitais para promover a aquisição destes títulos e valores mobiliários. Assim, este mercado é composto, basicamente, pelos que precisam captar recursos financeiros pelos que possuem esses recursos a oferecer.

O Brasil tem buscado, nas últimas décadas, estimular o financiamento das atividades empresariais e o desenvolvimento da atividade econômica por meio de captação de recursos junto ao mercado de valores mobiliários, por meio da abertura do capital das empresas. Tal modelo de financiamento, conforme já asseverado, é menos oneroso para as empresas se comparado com a tradicional forma de financiamento que normalmente é oferecida pelas instituições bancárias.

Neste contexto, é que resulta de grande valia a abertura do mercado de capitais para as microempresas e empresas de pequeno porte, dando a este segmento ampla

possibilidade e oportunidade de investimento e crescimento.

2.1 Mercado de capitais para microempresas e empresas de pequeno porte

Conforme visto em tópico anterior, o mercado de capitais assumiu com o decorrer dos anos papel relevante na capitalização das empresas. Restou claro o benefício verificado pelas empresas na obtenção de recursos financeiros por meio de lançamento de ações no mercado de capitais em relação aos empréstimos bancários, em vista da cobrança, pelos bancos, de taxas elevadas de juros.

Ademais, esse mercado, quando bem estruturado, representa importância também na função de tornarem dinâmicas as transferências e atividades referentes à poupança e às amplas possibilidades e oportunidades de investimento.

Atento a este cenário, é que o Brasil, assumindo posição paradigmática em relação aos mercados internacionais, vem criando mecanismos que permitem às microempresas o acesso a esses instrumentos de captação financeira.

E tal ponderação decorre da inovadora postura adotada pela Comissão de Valores Mobiliários que, desde 2008, vem editando instruções para alcançar esses objetivos.

Com efeito, a Instrução CVM nº 480, de 2009, normatizou a dispensa automática de registro para emissões de microempresas e empresas de pequeno porte, e o fez a partir de sugestão formulada pela própria Superintendência de Registro de Valores Mobiliários da CVM, em atenção à Audiência Pública nº 07, de 2008 - que colheu sugestões para sua redação final.

Em seguida, com a edição da Instrução CVM nº 482, de 2010, a própria autarquia, no relatório da audiência pública nº 01, de 2009, reforçou seu compromisso em assegurar tratamento diferenciado às microempresas, mantendo expressamente a dispensa de registro de emissão e de submissão a um regime informacional mínimo.

Também em virtude desse regime privilegiado conferido pela Comissão de Valores Mobiliário aos pequenos negócios, se dispensou as obrigações correlatas aos demais emissores, como por exemplo o formulário de referência e o de informações trimestrais.

Nestas instruções ficou evidenciada a desnecessidade de instituições

intermediárias no processo de oferta pública, assim como não se exige que a emissora seja constituída como sociedade anônima. Essa possibilidade está em compasso com a própria definição legal das microempresas e empresas de pequeno porte que exclui do conceito, entre outros casos, empresas constituídas sob essa forma societária.

Observa-se que as regras de captação de recursos pelas microempresas brasileiras mediante emissão de valores mobiliários são simples e proporcionam, ao mesmo tempo, significativos ganhos para os pequenos negócios.

Num país onde se afirma que o mercado de capitais não está desenvolvido, é notória a adoção de mecanismos adequados, aptos a compor um marco regulatório exemplar para outros países.

Antes de finalizar este tópico, há de se recordar que a disposição contida nas instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários no que se refere ao tratamento diferenciado às microempresas é resultado dos comandos constitucionais e legais que orientam as políticas públicas nacionais este segmento.

3. O PRIMADO DA ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Como se sabe, as Constituições que foram elaboradas após o final da Primeira Guerra Mundial apresentam características muito comuns: ao lado dos direitos individuais, reside a declaração dos chamados direitos sociais ou direitos de prestação, ligados ao princípio da igualdade material que dependem de prestações do Estado para serem usufruídos pelos cidadãos.

Estas novas Constituições são consideradas integrantes do novo “constitucionalismo social” que se estabeleceu em boa parte dos Estados europeus e em alguns americanos. Em torno destas Constituições, adjetivadas de sociais, programáticas ou econômicas, se deflagrou um intenso debate teórico e ideológico.

Sobre a Constituição Econômica, Bercovici (2005, p. 13) entende que não é uma inovação do constitucionalismo social do século XX, mas está presente em todas as Constituições, inclusive nas liberais dos séculos XVIII e XIX. Todas as Constituições liberais possuíam disposições econômicas em seus textos, as quais buscavam sancionar o

existente, garantindo os fundamentos do sistema econômico liberal, ao prever dispositivos que preservavam a liberdade de comércio, de indústria, a liberdade contratual e, fundamentalmente, os direitos de propriedade.

Tratando da Constituição que se seguiu no liberalismo, Camargo (1993, p. 31) ponderou:

A economia era encarada como livre disposição dos agentes privados, daí a larga dimensão da chamada Constituição econômica material em detrimento da consagração textual de normas de política econômica. A área de organização das Constituições do liberalismo é o lugar em que a abstenção estatal faz-se sentir, o lugar em que a organização do Estado era ditada por atividades mui restritas, quase só ao corpo de atividades essenciais à própria existência do Estado, dispondo sobre uns poucos serviços públicos.

Apesar da existência da Constituição Econômica no bojo das realidades liberais, é a partir do advento do constitucionalismo social que mudanças no modelo textual de Constituições são observadas com a inserção dos Direitos Econômicos e Sociais. Mais do que o sistema esquemático de distribuição de textos, a valorização ideológica de uma nova dimensão constitucional, de marca reformadora, faz incluir a dimensão de normas de política econômica no texto da Constituição.

Mas foi no século XX que o debate em torno das Constituições econômicas intensificou-se, com a Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919. Formalmente, as Constituições do século XX diferenciam-se das anteriores por, entre outros motivos, conterem uma expressão formal de Constituição econômica, com uma estrutura mais ou menos sistematizada em um capítulo próprio.

A diferença essencial que surge a partir do constitucionalismo social do século XX e que delimita o debate sobre a Constituição econômica é o fato de que estas Constituições não pretendem mais receber a estrutura econômica existente, mas alterá-la: assim, positivam tarefas e políticas a serem realizadas no domínio econômico e social para atingir certos objetivos. A ordem econômica destas Constituições é programática, dirigente.

A Constituição econômica que se concebe surge quando a estrutura econômica se revela problemática, quando se esvai a crença na harmonia operada pelo mercado. Então

emerge com a pretensão de ser uma nova ordem econômica, de molde a alterar a ordem econômica existente, rejeitando o mito da auto-regulação do mercado.

O que caracteriza a Constituição econômica é a sua inserção, nas constituições modernas, do âmbito econômico como material constitucionalizável e a atribuição a ele de um “quadro de ordem”, isto é, a sua estruturação jurídica mais ou menos sistemática, abrangendo todos os domínios do econômico. Tem-se, então, que o elemento definidor dessa ordem constitucional da economia é o fato de integrar declarações de tarefas a realizar na economia, no sentido de conduzir a certos objetivos.

Com a constituição econômica, a economia assume feição jurídica, ou seja, ocorre uma juridicização de temas econômicos em sede constitucional. Já para Grau (2008, p. 62), as Constituições econômicas não ensejaram na verdade a constitucionalização da ordem econômica, posto que “a ordem econômica, parcela da ordem jurídica, aparece como uma inovação deste século, produto da substituição da ordem jurídica liberal por uma ordem jurídica intervencionista.” Grau (2008, p. 81) afirma ainda que se espera de uma Constituição econômica que esta, como tal, opere a consagração de um determinado sistema econômico. Em radical posicionamento, afirma ainda “que uma Constituição econômica que não opere essa consagração não é uma Constituição Econômica.

Volvendo especificamente para o Brasil, observa-se que embora tenha sido elaborada num momento de reflorescimento das idéias pertinentes à limitação da atuação do Estado e de redução dos direitos de caráter social, a Constituição Brasileira de 1988 adotou o figurino do Estado de bem-estar social, o que é compreensível numa sociedade que, à época, apresentava profundos padrões de desigualdades.

Sobre a realidade em menção, Grau (2008 p. 218) assim escreveu:

Erradicação da pobreza e da marginalização, bem assim redução das desigualdades sociais e regionais, são objetivos afins e complementares daquele atinente à promoção do desenvolvimento econômico.

[...] Existe o reconhecimento explícito de marcas que caracterizam a realidade nacional: pobreza, marginalização e desigualdades, sociais e regionais. Eis um quadro de subdesenvolvimento, incontestado que, todavia, pretende reverter. Essa reversão nada tem, porém, em relação aos padrões do capitalismo, de subversiva. É revolucionária apenas quando voltada apenas enquanto voltada à modernização do próprio capitalismo.

Dir-se-á que a Constituição, aí, nada mais postula, no seu caráter de Constituição dirigente, senão rompimento do processo de subdesenvolvimento no qual estamos imersos [...]

Firmada numa ótica dirigista, a Constituição Federal de 1988, traçou, em seu art. 170, os ditames da ordem econômica. Após apontar os fundamentos, o artigo supra descrito enuncia os princípios regentes da ordem econômica, sendo eles: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III – função social da propriedade; IV – livre concorrência; V – defesa do consumidor; VI – defesa do meio ambiente; VII – redução das desigualdades regionais e sociais; VIII – busca do pleno emprego; IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas, sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Vale anotar que as disposições normativas, sejam de fundo constitucional ou infraconstitucional, devem pautar-se por estes princípios orientadores na sua interpretação, haja vista que tais princípios constituem o ponto de partida de qualquer ordem jurídica.

Na verdade, estes princípios constituem normas cogentes. Neles é que o legislador brasileiro deve se pautar como também o judiciário, ao dirimir questões postas à sua avaliação e decisão, sob pena de evidente inconstitucionalidade das práticas que afrontarem estes princípios, ou das leis que estabelecerem metas opostas a eles.

Inobstante a relevância de todos os princípios regentes da ordem econômica, aborda-se-á neste tópico, posto constituir ponto fulcral deste trabalho, o princípio que enuncia o “tratamento favorecido para as pequenas empresas”. E a eleição se dá porquanto as novas disposições da Comissão de valores Mobiliários que dispõem sobre a inserção das microempresas nos mercados de capitais, foram consolidadas para atender ao princípio constitucional de tratamento favorecido destes negócios.

Destarte, o favorecimento às microempresas revela a necessidade de se proteger os organismos microempresariais que possuem menores condições de competitividade em relação às grandes empresas.

Este favorecimento aos pequenos empreendimentos é reafirmado no art. 179 da CF, nos seguintes termos:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às

microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. (BRASIL, 2011)

Trata-se de um princípio de isonomia que reconhece as desigualdades que existem na prática. Numa ordem econômica fundada na livre iniciativa, é necessário dispensar tratamento favorecido às pequenas empresas para que estas possam resistir ao mercado competitivo da livre concorrência.

Ferreira Filho (2007, p.65) afirmou que:

Numa era de gigantismo empresarial, a sobrevivência das empresas de pequeno porte é extremamente difícil. São elas, porém, um elemento de equilíbrio e, conseqüentemente, merecem um tratamento especial.

Além da função social exercida pelas microempresas, já apontado em tópico anterior, o pesquisador Petter (2005, p.38), apresentando justificativa para tal tratamento diferenciado discorreu que:

[...] de outra banda, certo é que o tratamento jurídico favorecido às empresas de pequeno porte tem variados fundamentos a justificar sua inserção dentre os princípios da atividade econômica. Bem examinadas as disposições relativas à ordem econômica no texto constitucional – sem olvidar que ela é parte integrante e indissociável da Constituição vista em sua inteireza - parece mesmo intuitivo que algo deveria ser feito em relação às empresas de pequeno porte. Pois são elas que mais empregam mão-de-obra, o que nos reconduz à valorização do trabalho humano como fundamento da ordem econômica. São elas que menos investimentos necessitam, havendo expansão do desenvolvimento se trilhados os caminhos em face delas abertos. Demais disso, exercem no contexto da economia um papel mais versátil e próximo do consumidor do que o desempenhado por grandes estruturas empresariais. Obtêm sua aprovação no mercado sem intermediação de pesados investimentos publicitários, indutores de hábitos de consumo, em muitos casos, evidentemente supérfluos. Mas também são elas as que mais dificuldades têm para a obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras, daí o necessário.

O tratamento jurídico favorecido às empresas de pequeno porte possui variados fundamentos a justificar sua inserção dentre os princípios da atividade econômica.

Os pequenos negócios exercem uma função que se sobrepõe à lógica do lucro. Na verdade, a busca da preservação da dignidade da pessoa humana, do pleno emprego, entre outros objetivos almejados pela ordem econômica constitucional podem ser melhores obtidos se houver, no Brasil, uma microempresa forte, capaz de sobreviver às intempéries do mercado.

Persiste o interesse do Estado em efetivar suas perspectivas sociais com implementação de normas indutoras para dar fomento às microempresas, permitindo que estas saiam da informalidade, empreguem com responsabilidade e se estruturem diante dos fatos econômicos da realidade brasileira.

Todo o exposto retrata que o tratamento favorecido traçado na Constituição de 1988 visa harmonia com a ordem econômica, de forma que, além da busca pelos valores acima mencionados, tem por fim a proteção do equilíbrio da concorrência, a garantia da isonomia de tratamento no mercado econômico, além de induzir à formalização das atividades econômicas, valorizar o trabalho humano, proteger o consumidor; enfim, promover o que se conhece como desenvolvimento socioeconômico.

Compre aqui salientar que não constitui interesse desse trabalho defender o controle estatal de forma irrestrita. Na verdade, há de ser analisado os princípios da ordem econômica de forma conjunta, pretendendo o desenvolvimento econômico e a conseqüente efetivação da justiça social, considerando que os direitos devem nascer e perecer de acordo com as emergências sociais, conforme o pensamento de Norberto Bobbio (1995, p. 34).

“os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem ou podem nascer. Nascem quando o aumento do poder do homem sobre o homem – que acompanha inevitavelmente o progresso técnico, isto é, o progresso da capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens – ou cria novas ameaças à liberdade do indivíduo ou permite novos remédios para as suas indigências: ameaças que são enfrentadas através de demandas de limitações do poder; remédios que são providenciados através da exigência de que o mesmo poder intervenha de modo protetor. As primeiras, correspondem os direitos de liberdade, ou um não-agir do Estado; aos segundos, os direitos sociais, ou uma ação positiva do Estado.

Neste contexto, se apresenta como deveras relevante a tutela dos pequenos negócios, ambos orientados pela isonomia em sua vertente substancial. É por tal razão que se pode afirmar que as disposições contidas nas instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários, cujo conteúdo traça tratamento diferenciado para as microempresas, a despeito de tratar-se de um marco inovador no mercado de capitais, atendem aos primados da ordem econômica porquanto a Constituição Federal de 1988 elevou a proteção da microempresa à condição de princípio norteador desta ordem.

CONCLUSÃO

O mercado de capitais objetiva oferecer alternativas rentáveis para os detentores de poupança, com a finalidade de transformar pequenos montantes de capital em grandes e consolidados valores que serão dinamizados no mercado nacional, proporcionando maior desenvolvimento à medida que impede a concentração de capital em determinado setor da economia.

Restringiu-se, por muito tempo apenas aos grandes negócios. Todavia, a partir de 2008, a Comissão Valores Mobiliários passou a editar instruções simplificando o acesso das micro e médias empresas ao mercado de capitais. Em especial, citam-se as Instruções CVM de números 473, de 2008, 476, de 2009, 480, de 2009 e 482, de 2010.

Observou-se que as regras de captação de recursos pelas microempresas brasileiras mediante emissão de valores mobiliários são simples e proporcionam, ao mesmo tempo, significativos ganhos para os pequenos negócios, já que ampliam as bases de investimentos dos pequenos negócios.

Num país onde se afirma que o mercado de capitais não está desenvolvido, é notória a adoção de mecanismos adequados, aptos a compor um marco regulatório exemplar para outros países.

Nota-se que a adoção de mecanismos que possibilitam o acesso das microempresas ao mercado de capitais corresponde ao comprometimento da Comissão de Valores Mobiliários com os primados da ordem econômica Constitucional.

Isto, pois, a Constituição Federal de 1988, no inciso IX do artigo 170, e bem assim no artigo 179, traçou os imperativos de um “tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sobre as leis brasileiras e que tenham a sua sede e administração no País. Em atenção ao texto Constitucional, criou-se a Lei Complementar n. 123/06, que constitui hoje o marco regulatório dos pequenos e médios empreendimentos brasileiros.

A postura do Estado retratada no bojo do texto constitucional faz-se premente ante o individualismo em certos blocos da sociedade, sendo a este necessário valer-se de mecanismos que permitam estabelecer a ordem econômica com vistas à ordem social, não se escusando de sua atribuição de aplicar as condutas inerentes no que se refere à igualdade de relação empresarial dentro do modelo de bem-estar condizente com as necessidades do Brasil.

A par de todo o exposto, conclui-se pela relevância da tutela dos pequenos negócios, que se efetiva orientada pela isonomia em sua vertente substancial. Ademais, se pode afirmar que as disposições contidas nas instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários, cujo conteúdo traça o tratamento diferenciado para as microempresas, a despeito de tratar-se de um marco inovador no mercado de capitais, atendem aos primados da ordem econômica porquanto a Constituição Federal de 1988 elevou a proteção da microempresa à condição de princípio norteador da ordem econômica brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luiz Alberto Araújo; NUNES JUNÍOR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento**. São Paulo: Malheiros, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Ícone, São Paulo, 1995.

BOMFIM, Ana Paula Rocha. **Comentários ao Estatuto das Microempresas de Pequeno Porte**. Rio de Janeiro. 2007

CAMARGO, R. A.L. **Breve Introdução ao Direito Econômico**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993.

GARCIA, Thelma de Mesquita e. **Governança corporativa e o conflito de interesses nas sociedades anônimas**. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2005.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

GRAZZIOTIN, Marcelo Rugeri. **Tratamento jurídico diferenciado à pequena empresa no processo do trabalho**. São Paulo: LTR, 2004.

PETTER, Lafayete Josué. **Princípios Constitucionais da Ordem Econômica**. São Paulo: RT, 2005.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais fundamentos e técnicas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PIOVESAN, Flávia. **A proteção dos Direitos Humanos no Sistema Constitucional Brasileiro.** *Revista de Direito Constitucional e Internacional.* São Paulo, v. 45, p. 216-236, 2003.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo.** 19. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2001.

VIEIRA, José Eduardo de Andrade. **Importância das micro e pequenas empresas.** *Revista Estudos do Sebrae,* maio/junho, 1994